

Reforma da floresta trava expansão do eucalipto até 2030

Indústria acusa Governo de pôr em causa interesses da economia ao congelar área da espécie mais importante da floresta nacional. Ministro diz que se limitou a cumprir diploma assinado por Passos Coelho **Sociedade, 10/11**

Reforma da floresta Manuel Carvalho

O Ministério da Agricultura encontrou uma nova base de sustentação para o diploma da reforma da floresta que trava o crescimento da área de eucalipto em Portugal: uma resolução do Conselho de Ministros do anterior Governo, com data de Março de 2015, que ao aprovar a Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) determinava o congelamento até 2030 dos 812 mil hectares dos povoamentos com eucalipto. “Estamos apenas a respeitar e a cumprir a ENF”, diz o ministro Luís Capoulas Santos, em resposta ao coro de críticas que, com maior ou menor intensidade, produtores florestais e a indústria lançaram a uma das medidas mais polémicas da reforma da floresta, uma série de 12 diplomas cuja discussão pública terminou na última semana. Por comparação, a ENF prevê um crescimento de 10% na área de pinheiro bravo, de 33% no montado de sobro e de 40% nos carvalhos.

Esta parte do plano do Governo, apoiado pelo Bloco de Esquerda, PCP e associações ecologistas, tem como ponto de partida a necessidade de parar a expansão de uma espécie que, no prazo de uma geração, superou a área de pinheiro-bravo e se consolidou como a mais importante da floresta nacional. No futuro, determina o novo regime de arborização e rearborização, as novas plantações de eucalipto poderão concretizar-se apenas por substituição de áreas já plantadas. O propósito é levar a que a espécie deixe de ser cultivada em espaços pouco ajustados à sua produtividade e se concentre nas áreas com condições ecológicas mais apropriadas – no

litoral, onde o regime de chuvas é mais generoso. Nessas áreas, a produtividade pode chegar aos 30 metros cúbicos por hectare/ano, contra a produtividade média actual que ronda os cinco metros cúbicos.

A indústria e alguns dos principais especialistas nas questões da floresta nacional discordam desta leitura. Os pareceres entregues pela fileira industrial no âmbito da discussão pública da reforma consideram que o futuro de uma indústria que gerou em 2015 um volume de negócios de 2650 milhões de euros pode estar ameaçado. Mas não fizeram grande alarde público contra a medida. “Vivemos numa estranha paz podre”, diz Francisco Gomes da Silva, ex-secretário de Estado das Florestas, consultor da Agrogés e professor no Instituto Superior de Agronomia. Os interesses em conflito entre duas das três fileiras mais poderosas da floresta, a do pinho e do eucalipto, impedem que a indústria fale a uma só voz. João Ferreira do Amaral, presidente da Associação para a Com-

petividade das Indústrias da Fileira Florestal, reconhece que a entidade que dirige se pronunciou sobre matérias de natureza fiscal suscitadas na reforma, ou sobre a certificação, mas não interveio na polémica.

A 16 de Janeiro, na inauguração de um investimento de 125 milhões de euros nas fábricas da Altri, o primeiro-ministro, António Costa, anunciou um fundo de 18 milhões para a melhoria da produtividade do eucalipto (pela primeira vez, o sector tem um investimento exclusivo), no que foi interpretado como um gesto compensatório para as pressões do sector. Paulo Fernandes, presidente da Altri, responderia ainda assim dizendo que a “simples proibição” da plantação de novas áreas de eucalipto, “preferindo que aí floresça mato, é a todos os títulos pouco recomendável”. Porque, acrescenta João Soveral, consultor, ex-vice-presidente do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e assessor da direcção da CAP, o



O eucalipto é hoje a espécie mais importante da floresta nacional

que está em causa são medidas tomadas “de forma irresponsável que vão ter consequências económicas desastrosas” (Soveral faz estas declarações a título individual).

Para os ambientalistas, esta acaba por ser uma das boas notícias da reforma. “Não há dúvidas, o eucalipto passa a ser uma cultura condicionada, como a da vinha”, diz João Branco, presidente da Quercus. Essa limitação, acredita, há-de compensar a prazo a “expansão descontrolada da espécie nos últimos anos”, cujas consequências se verificam no “forte recuo da área do pinhal” (263 mil hectares entre 1995 e 2010). Resta, no entanto, saber como é que esse “condicionamento” vai influenciar a produção de madeira para a indústria. Hoje, apesar da enorme expansão da cultura, a fileira da pasta e do papel ainda tem de importar 22% da madeira que consome. Uma maior dependência de matérias-primas do exterior pode, assim, ser um travão para investimentos no futuro, como Paulo Fernandes reconheceu frente ao primeiro-ministro.

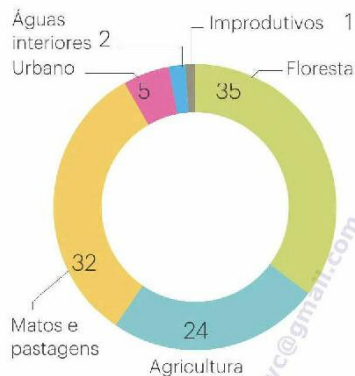
Mercado de licenças

A resposta para este receio está na convicção de que as alterações legislativas propostas (o novo regime de plantações terá de passar no Parlamento) não vão provocar uma redução da área e, pelo contrário, contribuirão para um reforço de produção da madeira. Para o efeito, o ministro Capoulas Santos admite que seja criado um mercado de licenças de plantação, que permitiria, por exemplo, que um produtor de uma zona pouco produtiva do interior arrancasse um eucalipto velho e vendesse o seu direito de replantar a um produtor do distrito de Aveiro. Mas, de momento, a parte regulamentar deste mercado está ainda por desenvolver, reconhece Capoulas Santos.

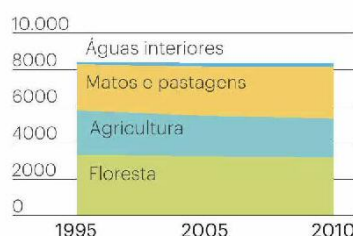
Proscrito pelos ambientalistas e pelos partidos mais à esquerda, adorado pelos proprietários devido à sua rentabilidade e rapidez no retorno do investimento, o eucalipto promete continuar a ser o principal foco de polémica na discussão sobre a “reforma da floresta”. O diploma dedicado à arborização e re-arborização será facilmente aprovado com os votos do

A floresta à espera da reforma

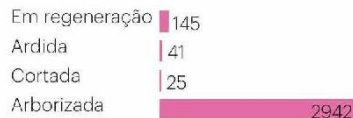
A ocupação do solo em Portugal Em percentagem



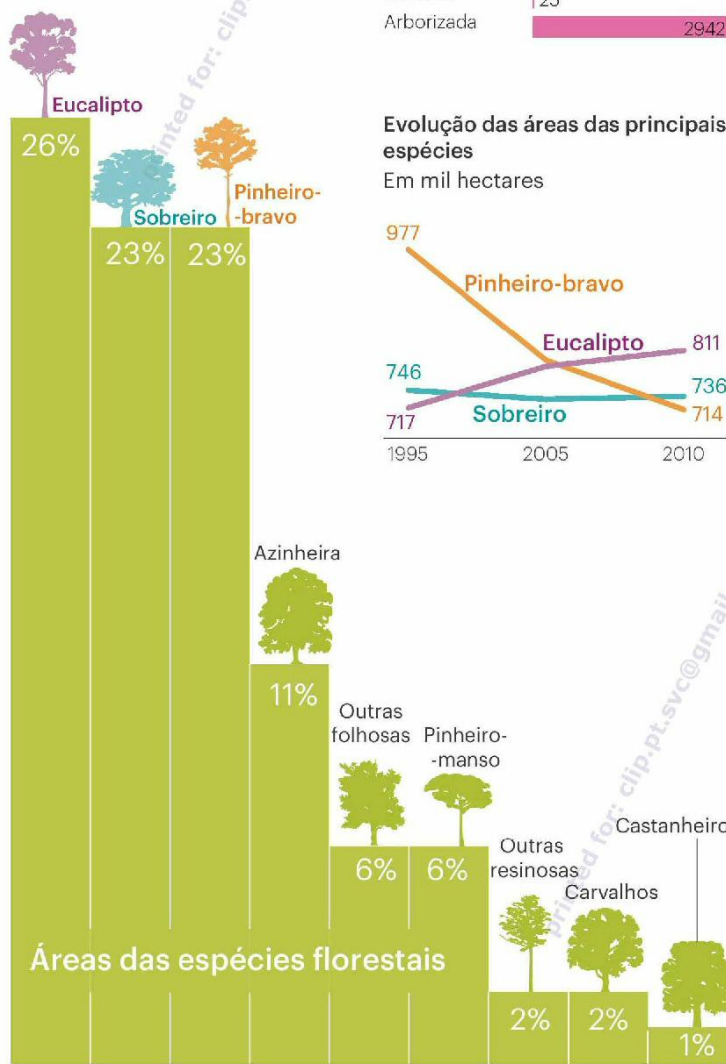
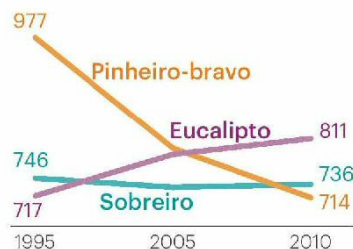
A evolução dos usos do solo Em mil hectares



Tipos de ocupação da área florestal Em mil hectares



Evolução das áreas das principais espécies Em mil hectares



Fonte: Inventário Florestal Nacional 2010

PÚBLICO

Área: 1292cm² / 46%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 5646124



Data: 06.02.2017

Titulo: Reforma da floresta trava expansão do eucalipto até 2030

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;10;11

PS, do PCP e do Bloco. Mas será nessa fase da discussão que os interesses da indústria, até agora exercidos sob a discrição dos bastidores, se vão fazer sentir. Com a “descoberta” dos objetivos da ENF que ninguém contestou em 2015, o ministro da Agricultura e o Governo encontraram a estratégia para responder aos ataques da oposição e da indústria ao seu alegado plano contra os interesses da economia nacional.

mcarvalho@publico.pt

“ Não há dúvidas, o eucalipto passa a ser uma cultura condicionada, como a da vinha

João Branco
Presidente da Quercus

Sem o banco de terras vai tudo abaixo

Luís Capoulas Santos
Ministro da Agricultura



Seis áreas críticas da “reforma florestal”

Um processo a passo estugado

Como todas as grandes mudanças legislativas sobre a floresta, esta reforma fez-se sob a pressão dos 160 mil hectares de floresta dizimados pelo fogo no ano passado. Em Agosto de 2016, António Costa dizia: “Se deixarmos passar mais tempo, as condições políticas para a reforma que é necessário fazer vão-se perdendo.” Formou-se então um grupo de trabalho com representantes de oito ministérios e no Conselho de Ministros de 27 de Outubro foram apresentados 12 diplomas. Dois foram imediatamente aprovados e os restantes enviados para consulta pública. Terminado o período, há diplomas que têm de passar pela Assembleia da República — como o banco de terras, alterações fiscais ou novo regime de arborização. Inicialmente, a reforma estaria aplicada no final de 2018, mas o Governo admite rever esses prazos.

Em busca do consenso impossível

Norte do minifúndio contra o Sul do latifúndio, pinho contra eucalipto, ecologistas contra produtivistas, produção contra indústria. Na floresta, o consenso é impossível, pelo que a reforma divide as opiniões. João Soveral compara-a a “um canivete suíço” ou a um “albergue espanhol” que se resume a uma “resposta política” de “pendor ideológico” com propósitos “estranhos à floresta”. A Forestis, uma federação de associações do Norte e Centro, queixa-se de que os proprietários que gerem 98% da floresta foram esquecidos em detrimento de uma estratégia de “comando e controlo” do poder central. Francisco Gomes da Silva louva a “intenção”, mas censura os seus principais pilares. Os ecologistas aplaudem, no essencial, e o presidente da União da Floresta Mediterrânica, António Gonçalves Ferreira, diz que 2017 será “o ano do princípio do fim da floresta”.

Cadastro e banco de terras

Uma boa parte da floresta é um buraco negro. Capoulas Santos acredita que haja um milhão de propriedades sem dono conhecido. Cadastrar a propriedade é um dos pilares da reforma. Os donos têm dois anos para registar gratuitamente as suas propriedades (o Governo admite alargar este prazo). As que ficarem sem dono conhecido entrarão para um banco de terras (terrenos do Estado terão o mesmo destino), que depois as poderá arrendar a sociedades florestais. Ao fim de 15 anos, se os donos não aparecerem as terras passam para o Estado. Há quem duvide da eficácia destes planos. João Branco, da Quercus, diz que revela o desconhecimento do legislador sobre o mundo rural português. E o PCP acusa o Governo de pretender “encontrar um bode expiatório para os incêndios florestais, aliviando-o de responder às suas causas reais e, simultaneamente, justificar a sua expropriação a favor do Estado e mesmo de interesses privados”. A passagem deste diploma no Parlamento é

Área: 1292cm² / 46%

Tiragem: 72.253
FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 5646124

incerta. O que pode ameaçar “a arquitectura da reforma”, avisa Capoulas Santos. “Sem o banco de terras vai tudo abaixo.”

Mais poder às câmaras

Com a reforma, as câmaras vão passar a emitir um parecer

“vinculativo e obrigatório” para todas as plantações no seu território. Este reforço de competências tornou-se o segundo principal foco de contestação aos planos do Governo. “Passaremos a ter 300 florestas, tantas quantos os concelhos portugueses”, escreveu António Gonçalves Ferreira, num artigo no *Expresso*. “Podemos assistir a municípios que, por exemplo, se declarem ‘livres de eucaliptos’”, nota João Soveral. “As autarquias não têm nenhuma competência técnica ao nível florestal”, repara Francisco Gomes da Silva. A favor da medida está a Quercus. “Se as câmaras têm competências ao nível do plano da defesa contra os incêndios, não faz sentido que não tenham uma palavra a dar sobre os povoamentos florestais.” Capoulas Santos garante que há 250 autarquias com gabinetes técnicos florestais operacionais e as suas decisões sobre a plantação não se farão no vazio: os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), em revisão, vão ter de ser incorporados nos planos directores municipais, o que garante a ligação entre a política florestal nacional e as decisões à escala local.

Sempre o drama dos incêndios

A mola impulsora da reforma foi a dimensão do fogo na floresta em 2016. As explorações ao abandono são um perigo, diz o Governo. Vai ser necessário desenvolver estratégias de fogo controlado, acrescenta. A criação de uma rede de centrais de biomassa impulsionará a limpeza das matas, acredita. Mesmo que

a bondade destas intenções seja reconhecida, o impacto da reforma na protecção da floresta é considerado por muitos como irrelevante. “O foco está errado”, diz João Soveral, para quem o problema está na ocupação do território e nos impactes das actividades humanas que fazem

com que a maioria esmagadora dos fogos não tenha origem na floresta. E, para lá dos impactes da prevenção, há uma crítica generalizada ao papel reservado aos bombeiros. “É um crime manter os bombeiros no centro do combate aos incêndios”, nota Francisco Gomes da Silva. A este propósito, a reforma é omissa. Haverá 15 milhões de euros por ano para as brigadas de sapedores florestais, o que, para as associações, é insuficiente.

Recuperar a área perdida

A recuperação da área da floresta concentra algumas das prioridades da reforma — Portugal é o único país da Europa que perdeu área florestal, contando hoje com menos 255 mil hectares do que em 1995. Para o efeito, o Governo conta com 500 milhões de euros de fundos europeus e 100 milhões do Fundo Florestal Permanente, até 2020. Mas estão igualmente previstos incentivos fiscais para sociedades de gestão florestal que reúnam sob a mesma administração pequenas propriedades. O banco de terras pode alocar explorações para este fim e as ZIF, associações de produtores, podem converter-se em sociedades ou cooperativas para beneficiar deste regime. De fora ficam as grandes sociedades que gerem grandes explorações. Porquê? “Os recursos são escassos e o Estado tem de os concentrar em medidas estruturais que tendam a reduzir o peso do minifúndio”, explica o ministro Capoulas Santos.

